



RESENHAS



O livro antirracista do Mês da História Negra no Québec no ano de 2019¹

Igor Leonardo de Santana TORRES, *Universidade Federal da Bahia*

Felipe Bruno Martins FERNANDES, *Universidade Federal da Bahia*

ZAAZAA, Amel; NADEAU, Christian (dir.). **11 brefs essais contre le racisme**: pour une lutte systémique. Québec: Éditions Somme Toute, 2019. 156 p.



Durante o mês de fevereiro, comemora-se, na América do Norte, particularmente nos Estados Unidos e no Canadá, a história das populações negras. Assinalado como Mês da História Negra [*Black History Month*, em inglês, e *Mois de l'Histoire des Noirs*, em francês], esse período de comemorações, marcado por uma série de eventos políticos e culturais que discutem as questões raciais em seus diferentes aspectos e intersecções, foi o contexto de lançamento do livro *11 brefs essais contre le racisme: pour une lutte systémique* [em português: 11 breves ensaios contra o racismo: por uma luta sistêmica], organizado por Amel Zaazaa e

1 A resenha é resultado do período de pesquisa internacional dos autores na *Chaire de Recherche sur l'Homophobie* (CRH) da *Université du Québec à Montréal* (UQAM). O primeiro foi pesquisador visitante do *Programme des Futurs Leaders dans les Amériques* (PFLA), e o segundo é professor visitante com bolsa CAPES. Um agradecimento especial à Profa. Dra. Line Chamberland, coordenadora que nos acolheu, quem facultou a experiência de intercâmbio e trocas epistemológicas valiosíssimas.



Christian Nadeau (2019). Em 2019, o tema da campanha promovida pelo Governo do Canadá foi: “*Os jovens canadenses negros: sem limites, enraizados e orgulhosos*”² (QUÉBEC, 2019).

A instituição de uma data comemorativa à História Negra se deu primeiramente nos Estados Unidos e posteriormente no Canadá. Foi proposta em 1926 pelo historiador negro Carter G. Woodson. Após uma série de mudanças em sua nomenclatura, apenas em 1976 passou a se chamar *Black History Week*. Em 1990 foi instituído pelos movimentos sociais como mês, chegando à nomenclatura que conhecemos hoje. Foi reconhecido oficialmente pela *Chambre de Communes* em 1995, resultado de uma moção movida por Jean Augustine, a primeira canadense negra eleita para o Parlamento. Bem mais tarde, em fevereiro de 2008, através de outra moção, dessa vez apresentada por Donald Oliver, o primeiro senador negro eleito, e igualmente aprovada, reiterou a posição de apoio do Parlamento (CANADÁ, 2019).

O livro reúne onze ensaios de treze diferentes autores/as racializados/as de ascendências árabe, haitiana, senegalesa, quebequense, nascidos ou não no Québec, entre os/as quais, seis são mulheres e sete homens, divididos/as entre militantes, professores/as, educadores/as sociais, escritores/as e artistas. Percebe-se aqui uma preocupação com a paridade de gênero ao se tratar de um assunto que toca tanto homens quanto mulheres de maneiras distintas. Não obstante à paridade de gênero em relação aos/às autores/ras, os ensaios não fazem uma análise ou discussão específica sobre a relação do racismo com o sexismo, nem de suas intersecções com outras matrizes de opressão, tais quais a lgbtfobia, o capacitismo ou a gordofobia.

A despeito do reconhecimento possível da importância da história e das comunidades negras pelo Governo do Québec, desde os ensaios compartilhados pelos/as autores/as, identifica-se uma dissonância entre o discurso e a prática governamental. Se por um lado, segundo o Governo, essa data “*nos permite reconhecer e promover a contribuição das comunidades negras para história do Québec, e seu engajamento para fazer do Québec uma sociedade inclusiva, plural e próspera*”³ (QUÉBEC, 2019), por outro, o racismo sistêmico que

2 No original: “Les jeunes Canadiens noirs: sans limites, enracinés et fiers” (QUÉBEC, 2019).

3 No original: Nous permet de reconnaître et de promouvoir la contribution des Québécoises et des Québécois des communautés noires à l’histoire du Québec, [...] et leur engagement à faire du Québec une société inclusive, plurielle et prospère (QUÉBEC, 2019).



encontra suporte mesmo no sistema de justiça nega a existência prática desse reconhecimento e assolapa esse engajamento de tornar o Québec uma sociedade inclusiva e plural.

Além dos onze capítulos, o livro conta com o prefácio de Franz Voltaire, além da introdução e conclusão assinadas pelos organizadores. No prefácio, Voltaire faz uma síntese da situação atual do racismo no mundo e, especialmente, no Québec, chamando atenção para o contexto mundial de ameaça às conquistas antirracistas, processo que vem *pari passu* com uma expressão mais insidiosa do racismo que se manifesta encoberto pela defesa da identidade nacional supostamente ameaçada pela imigração. A influência das redes sociais não passa despercebida em sua análise. Voltaire assim afirma que os trânsitos digitais dos discursos de ódio têm influência nessa reconfiguração do racismo e na difusão do ódio pelo mundo. Nesse enredo, sustenta que o livro tem uma função política de reconhecer o passado sombrio do Québec e do Canadá: o processo de colonização e violência contra povos não brancos que constituem a história do país e que ainda hoje reverbera sobre essas populações.

Na introdução, Amel Zaazaa e Christian Nadeau negam o que entendem como *falsas definições de racismo sistêmico*. Por exemplo, a ideia de que todas as pessoas são racistas e negam direitos às pessoas negras. Ao se oporem a essa percepção, explicam que se todo mundo fosse racista, por conseguinte, ninguém de fato o seria. Assim, seria difícil combater “um adversário tão incerto”⁴ (p. 15). O entendimento do racismo sistêmico passaria então pela compreensão de “como ele se contravém aos direitos humanos”⁵ (p. 15). Portanto, o racismo sistêmico seria “um sistema, com sua lógica própria, que perpetua práticas e políticas que excluem e marginalizam. O impacto negativo do racismo o define então além das intenções de uns e outros”⁶ (p. 15).

Como categoria social, o racismo sistêmico seria um conceito central para descrever com precisão a realidade social e, nesse sentido, os autores apontam que “os esforços para combater esse fenômeno não

4 No original: “[...] um adversaire aussi flou” (ZAAZAA; NADEAU, 2019, p. 15).

5 No original: “[...] en quoi il contravient aux droits humains” (ZAAZAA; NADEAU, 2019, p. 15).

6 No original: “[...] un système, avec sa logique propre, qui perpétue des pratiques et politiques qui excluent et marginalisent. L’impact négatif du racisme systémique le définit donc au-delà des intentions des uns et des autres.” (ZAAZAA; NADEAU, 2019, p. 15).



decorrem nem de utopia nem de dogmatismo ideológico”⁷ (p. 17). Assim, apontam que o livro vem lembrar a importância das lutas antirracistas recentes no Québec, mesmo que o movimento antirracista ainda não tenha conseguido vencer seu adversário por completo.

Optando por uma escrita em formato de cartas trocadas entre pai e filho, Cheikh Tidiane Ndiaye e Webster discorrem, em *Québec, 29 janvier 2017: je me souviens...* [Québec, 29 de janeiro de 2017: eu me lembro...], sobre o racismo a partir de um fatídico evento que ocorreu no dia 29 de janeiro de 2017, no qual um canadense fez um ataque ao Centro Cultural Islâmico do Québec, causando a morte de seis pessoas⁸. Na carta de Ndiaye para Webster, esse momento trágico é o ponto de partida que o conduz para uma revisão da história do Québec numa narrativa que passa pela sua chegada na província e suas experiências enquanto imigrante na década de 1970 – ano marcado pela intensificação do movimento imigratório. Na sua digressão ao passado, nota que o Québec já foi mais aberto ao mundo com um olhar mais acolhedor às experiências imigrantes. Diante disso, coloca-se contra mitos antagonistas que embaçam o debate sobre o racismo: que o Québec seria essencialmente acolhedor ou, por outro lado, fundamentalmente racista.

Do seu ponto de vista, acredita que a questão nacional do Québec nas décadas de 1970 e 1980 se inseria num movimento mais vasto de liberação de povos dominados e aliado às lutas sociais, o que explicaria o pensamento de Aimé Césaire sobre a palavra e a literatura como ferramentas importantes na luta anticolonial, assim como o papel do escritor e a concepção de engajamento literário, e do impacto de Frantz Fanon em alguns autores da época e em estudantes burgueses militantes. Colocando-se contra toda forma de extremismo, o autor compara os salafistas em terras islâmicas com os extremistas de direita, posto que ambos “querem nos fazer crer que o futuro de nossas sociedades passaria

7 No original: “[...] les efforts pour combattre ce phénomène ne relèvent ni de l’utopie ni du dogmatisme idéologique” (ZAAZAA; NADEAU, 2019, p. 17).

8 OTTAWA, Agencias. **Ataque terrorista mata seis pessoas em mesquita do Quebec**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/30/internacional/1485745242_048891.html>. Acesso em: 27 mar. 2019.



por um retorno aos aspectos os mais lúgubres de nossos passados, como o recuo identitário exacerbado”⁹ (p. 32).

Na sua carta para o pai, Webster critica a não implicação dos quebequenses e do Estado na discussão sobre o racismo, negando-se a reconhecê-lo e a combatê-lo. Diante do atentado descrito acima, conclui que os mecanismos presentes no sul dos EUA nos anos 1950 e que influenciaram o fuzilamento dos negros são os mesmos: “recusa do Outro, medo da invasão e da ‘mácula identitária”¹⁰ (p. 35). Ambos concordam que a educação seria o principal meio para suplantar o racismo, contornando “o que parece ser uma aporia entre o discurso e a realidade”¹¹ (p. 33). Concluem convocando as pessoas a ignorar o medo e a abraçar o combate, um chamado muito marcante no texto.

“*De qual maneira nossas leis e nosso sistema de justiça participam da luta contra o racismo?*”¹² (p. 41). Ao se fazer essa pergunta, Fabrice Vil, em *Le système de justice et la lutte contre le racisme* [O sistema de justiça e a luta contra o racismo], guia o leitor por uma breve análise ao procurar sua resposta, chegando à conclusão de que o sistema de justiça combate e contribui com o racismo sistêmico ao mesmo tempo. Sua conclusão passa pela discussão de alguns pontos da *Charte Canadienne des Droits et Libertés* [Carta Canadense dos Direitos e Liberdades] e da *Charte des Droits et Libertés de la Personne* [Carta dos Direitos e Liberdades da Pessoa], respectivamente documentos magnos do Canadá e do Québec. O autor mostra, dessa maneira, como esses documentos transitam entre a punição do racismo e a objetificação dos povos autóctones e a intolerância racial/religiosa contra as mulheres muçulmanas em relação ao uso do véu.

Vil também questiona o racismo expresso no alto custo do acesso à justiça e a baixa representatividade etnocultural nas magistraturas. Reconhece, contudo, que algumas ações movidas na justiça podem

9 No original: “veulent nous faire croire que l’avenir de nos sociétés passerait par un retour aux aspects les plus lugubres de nos passés, comme le repli identitaire exacerbé” (NDIAYE; WEBSTER, 2019, p. 32).

10 No original: “refus de l’Autre, peur de l’invasion et de la « souillure identitaire »” (NDIAYE; WEBSTER, 2019, p. 35).

11 No original: “[...] ce qui semble être une aporie entre les discours et la réalité”(NDIAYE; WEBSTER, 2019, p. 33).

12 No original: “De quelle manière nos lois e notre système de justice participent-ils à la lutte contre le racisme?” (VIL, 2019, p. 41).



impactar positivamente a sociedade, uma vez que a punição do racismo criaria uma ressonância moral na população. Ele cita iniciativas no interior do sistema de justiça que ultrapassam os quadros legislativos e as cortes, aportando perspectivas inovadoras e às vezes desconhecidas em termos de acesso de recursos jurídicos e prestação de serviços. Ao fim, defende que podemos melhorar o sistema de justiça se propormos sistemas alternativos e ocuparmos cada vez mais esse espaço.

Numa viagem pela história do Québec, em *Islamophobie et racisme* [Islamofobia e racismo], Idil Issa evidencia os fundamentos da islamofobia e como ela foi se intensificando na província. Pode-se considerar como uma primeira hipótese apresentada por ela que o passado teocrático da região, no qual a Igreja Católica geria toda a vida da população, manipulação considerada exagerada, que fomentou a revolução que laicizou o Québec. As demandas de uso do véu e um horário para a oração no trabalho feitas por imigrantes recém-chegados foram vistas pelos quebequenses com desprezo. Assim, ela afirma que “é claro que uma fobia mais profunda estava em jogo: talvez a crença de uma ingerência teocrática, ainda recente nas lembranças, foi despertada”¹³ (p. 51).

Sua segunda hipótese é a de que os ataques do 11 de setembro de 2001 reverberaram no Canadá, sobretudo no Québec, facultando mudanças sentidas por ela mesma, como ser observada na universidade quando usava o véu, no que concerne aos sentimentos e políticas em relação à população muçulmana. Seu texto traz aspectos interseccionais, divergências inter e intragrupos, tanto quando toca na hipocrisia muçulmana ao não praticar os valores religiosos de igualdade, tolerância e fraternidade em relação à comunidade negra quanto ao tratar da forma pela qual o colorismo opera dentro das comunidades muçulmanas no Québec. As pessoas de cor, segundo ela, sofrem uma discriminação mais acentuada, se comparada às pessoas muçulmanas de pele clara. Vê-se aqui uma imbricação de racismo e islamofobia. No entanto, suas vivências específicas e suas questões são invisibilizadas e menosprezadas dentro da comunidade muçulmana, que, segundo a autora, não tem nem um pouco de solidariedade em relação às pessoas negras.

13 No original: “Il est Claire qu’une phobie plus profonde était un jeu: peut-être la crainte d’une ingérence théocratique, encore récente dans les souvenirs, a-t-elle été éveillée.” (ISSA, 2019, p. 51).



Respondendo, entre outras questões, se “ainda é pertinente para os sindicatos se implicarem nas lutas sociais?”¹⁴ (p. 61), Marc-Édouard Joubert, em *Lutttes sociales et syndicalisme* [Lutas sociais e sindicalismo], analisa a relação entre as lutas sociais e o papel social e político dos sindicatos e a sua posição diante de movimentos como o antirracista. Sustenta que os sindicatos devem engajar-se completamente nessas lutas e atuar conjuntamente ao movimento antirracista e a outros, pautando publicamente a luta antirracista, não submetendo-a tão somente a debates no interior das organizações. Os sindicatos deveriam ainda trazer essas discussões com seriedade, revendo suas práticas e a organização hierárquica que exclui as pessoas negras das posições de liderança em seus quadros dirigentes.

A morte violenta de um garoto negro, Freddy Villanueva, por um policial em Montréal-Nord, “virou o emblema de um movimento de indignação e protesto de toda uma população”¹⁵ (p. 73) e foi o estopim de um coletivo chamado *Hoodstock*. Em seu ensaio, Amel Zaazaa revela, em *Hoodstock ou la réappropriation d’une citoyenneté confisquée* [Hoodstock ou a reapropriação de uma cidadania confiscada], como as movimentações em torno dessa morte e a criação do coletivo demonstraram a agência da população racializada frente aos abusos policial e o racismo de Estado e responderam a necessária criação de espaços de debate e formação política. O contexto levou-a também a discutir o fato de alguns bairros com maior presença de população negra serem alvos de um desinteresse estatal, ou seja, o esquecimento e baixo investimento em cultura e serviço público de qualidade nesses locais. Podemos ver no ensaio de Amel Zaazaa que há uma inegável relação entre racismo e baixa qualidade de vida das populações racializadas em seus bairros.

Igualmente motivado pela morte de Freddy Villanueva, Wil Prosper decide criar uma comissão de investigação sobre o racismo sistêmico. Ele conta os desafios enfrentados nesse momento e mostra como a morte foi um disparador para o engajamento político mais direto em *Une longue histoire à suivre: la commission d’enquête sur le racisme systémique* [Uma longa história a seguir: a comissão de

14 No original: “est-il encore pertinente pour les syndicats de s’impliquer dans les luttes sociales?” (JOUBERT, 2019, p. 61).

15 No original: “[...] devient l’emblème d’un mouvement d’indignation et de protestation de toute une population”(ZAAZAA, 2019, p. 73).



investigação sobre o racismo sistêmico]. Com o interesse de criar uma ferramenta pedagógica que possibilitasse uma discussão real do racismo, uma vez que o governo não fazia nenhum esforço e tampouco os partidos políticos, procurou a ajuda de outros militantes e organizações comunitárias, como os sindicatos. Estes, por sua vez, tampouco foram sensíveis à causa, despertando uma crítica de Prosper quanto à posição marginal do racismo nas suas agendas políticas. Além disso, ao descrever as etapas da criação dessa comissão, atenta para a necessidade de uma certa independência de projetos políticos e sociais de outros organismos, uma vez que tanto as instituições como o Estado visam apenas a assimilá-los e distorcer seus reais objetivos.

Mostrando como o racismo opera nas práticas militantes em organizações que têm como foco primordial a defesa dos direitos fundamentais, Alexandra Pierre, em *Lutte antiraciste et mouvement communautaire* [Luta antirracista e movimento comunitário], adentra o cenário racial dos organismos comunitários. Estes são organizações que ocupam um papel central na facilitação de acesso a serviços sociais e informações às populações marginalizadas. “Eles foram criados para oferecer respostas menos burocráticas, menos ‘muro a muro’ que aquelas que poderiam propor as autoridades políticas”¹⁶ (p. 92). Tal como os sindicatos, a expressão do racismo no interior desses organismos não se explica tão somente pela sua sistematicidade, mas resulta outrossim de uma postura desses espaços conceberem o racismo como algo exterior.

De acordo com Pierre, citando uma pesquisa de 2015, 70% dos organismos comunitários do Québec nunca haviam contratado uma pessoa imigrante; noutra pesquisa de 2013, constatou-se que apenas 30 dos grupos comunitários existentes no Québec tinham imigrantes contratados. Outras pesquisas ressaltam ainda que as mulheres racializadas são majoritariamente contratadas temporariamente e as pessoas vistas como brancas têm 1,64 mais chances de serem contratadas que uma pessoa não branca. A módica presença desse grupo no interior dessas esferas gera, como aponta o autor, isolamento e tokenismo, quando há uma instrumentalização das poucas pessoas que são empregadas para mostrar que o organismo se ocupa de alguma maneira das questões raciais, já que tem uma ou duas pessoas

16 No original: “[...] ils ont été créés pour trouver des réponses moins bureaucratiques, moins « mur à mur » que ce que pouvaient proposer les autorités publiques” (PIERRE, 2019, p. 92).



racializadas no seu quadro de funcionários. Ademais, ressalta a sobrecarga a que essas pessoas são expostas, pois que, muitas vezes, devem se ocupar da “sensibilização em torno das ‘comunidades culturais’”¹⁷ (p. 100). “*O que fazer?*”, questiona-se e replica com três pistas para a criação de organismos comunitários antirracistas: 1) ter uma massa crítica de pessoas racializadas nos organismos; 2) aprender com as análises políticas dos grupos racializados; 3) desenvolver espaços e ferramentas para falar de racismo (p. 105-107).

De suas considerações pessoais que surgem dos desafios vividos quando da sua participação no movimento *Idle No More*¹⁸, Widia Larivière, em *Racisme et peuples autochtones. Décoloniser les esprits par l'éducation* [Racismo e povos autóctones. Decolonizar os espíritos pela educação], revela que seu engajamento desponta da constatação de um desconhecimento generalizado dos quebequenses alóctones sobre a população autóctone. O movimento *Idle No More* tinha como objetivo criar um espaço de discussão entre autóctones e alóctones sobre as questões que tocam o primeiro grupo. No decorrer de seu ativismo, pôde perceber uma dificuldade dos quebequenses em reconhecer seu lugar de colonizadores, embora tenham sido também colonizados. Aqui se insere a pertinência de discutir o passado colonial e seus reflexos atuais sobre os descendentes dos primeiros povos. Destarte, as iniciativas decoloniais ocupam, para ela, um lugar central no processo de transformação social, especialmente aquelas que valorizam a fala em primeira pessoa, porquanto “os Autóctones não apenas têm o direito de falar em seu nome e de se exprimirem sobre as questões que os toca, mas eles e elas têm também o direito de se exprimirem sobre as questões da sociedade e de interesse público”¹⁹ (p. 115).

De um ponto de vista jurídico, tal qual Fabrice Vil, Lucie Lamarche e Christian Nadeau defendem, em *Antirracisme et interdépendance des droits* [Antirracismo e interdependência dos direitos], uma hermenêutica horizontal dos direitos a fim de evitar uma

17 No original: “[...] sensibilisation auprès des « communautés culturelles » [...]” (PIERRE, 2019, p. 100).

18 IDLE NO MORE. **Homepage**, 2019. Disponível em: <<http://www.idlenomore.ca>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

19 No original: “Non seulement les Autochtones ont le droit de parler en leur nom et de s’exprimer sur les enjeux qui les touchent, mais ils et elles ont aussi le droit de s’exprimer sur les enjeux de société et intérêt public” (PIERRE, 2019, p. 115).



hierarquização e uma visão da articulação entre os direitos fundamentais, sendo mister para um combate efetivo dos efeitos do racismo. A liberdade de expressão, direito constantemente invocado para legitimar atos racistas, nesse caso, não deve se sobrepor a qualquer outro. Portanto, estabelecer os limites desse direito é também combater “todas as violações discriminatórias de um direito”²⁰ (p. 117). Na discussão da interdependência, apontam o lugar das políticas públicas na manutenção do racismo, mas salientam que seu combate passa pela implementação de políticas sociais. Dessa maneira, cobram do Estado uma ação intersetorial e interseccional, uma vez que o racismo viola do direito à privacidade ao direito ao trabalho.

Apresentando um relato pessoal sobre a dificuldade de deixar o Haiti, seu país de origem, Rodney Saint-Éloi conta, em *Résister pour rester debout* [Resistir para ficar em pé], como essa decisão foi política, uma fuga da “permanência da desesperança, da miséria e de uma sociedade de não direito” (p. 125) e sobre os processos de racialização que sofreu logo que chegou no Québec. O exílio lhe apareceu como uma forma de socorro. Mas semelhante aos relatos de Franz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*, Rodney Saint-Éloi foi confrontado com a marcação da sua negritude, sentindo o peso do racismo em Montreal, onde linguística e socialmente, diferentemente de sua língua crioula, a palavra nègre não remete à humanidade, mas assinala uma existência à margem da humanidade. Escritor e editor, vê na literatura uma forma de resistir ao racismo, pois sempre acreditou que “a arte não era outra coisa senão a janela que permitia aos humanos romper as cadeias da servidão” (p. 127). Diante disso, decide abrir a editora *Mémoire* que se dedica à publicação de obras de artistas de comunidades marginalizadas, “com a única missão de dar forma às vozes frágeis, de dar corpo aos corpos invisíveis”²¹ (p. 127).

Concluindo a série de ensaios, Stella Adjokê mostrará, em *Antiracisme et santé mentale* [Antirracismo e saúde mental], como o passado colonial e suas opressões ainda marcam as pessoas, mesmo que elas criem mecanismos de defesa. O silenciamento das pessoas negras e a negação paulatina do racismo, além dos ataques direcionados para

20 No original: “toute violation discriminatoire d’un droit” (LAMARCHE; NADEAU, 2019, p. 117).

21 No original: “[...] avec la seule et unique mission de donner forme aux voix fragiles, de donner corps aux corps invisible [...]” (SAINT-ÉLOI, 2019, p. 127).



quem denuncia essas violências, são alguns dos processos que adoecem militantes antirracistas. Esse cenário suscita a importância de elaboração de espaços de autocuidado nos movimentos sociais: o trabalho militante é psicologicamente desgastante e a cura deve ocorrer coletivamente. Além disso, aponta que o racismo dos não brancos exerce um grande papel no adoecimento psíquico, mas sua compaixão e a implicação na luta contra o racismo têm relevância ainda maior no processo de cura. Finaliza seu ensaio afirmando que os militantes antirracistas precisam ouvir essas vozes e desvelar o que se negam a ver.

Na Conclusão da obra, Amel Zaazaa e Christian Nadeau afirmam que não se está no momento de recusar o diálogo, pois a mudança ocorrerá a partir das discussões, do debate de ideias e, sobretudo, da escuta do que o movimento antirracista tem a dizer. Ao reiterar que o racismo sistêmico é o inimigo principal, refutam uma abordagem individualista. No entanto, isso não quer dizer que o racismo em sua faceta ordinária fique isento de discussão e crítica, mas reforçam que “existe um emaranhado de interdependências, de sorte que seria em vão atribuir a uma pessoa mais que a uma outra um papel preponderante”²² (p. 147).

Nessa obra, de leitura fundamental para a compreensão do racismo no Quebec, compreendemos que, apesar de olhar unidimensionalmente sobre o racismo sistêmico, interseccionalizando-o pouco com outras matrizes de opressão, há sensibilidade das/os autoras/es para vivências específicas do racismo ao inserirem, mesmo que *en passant*, comentários em alusão ao lugar das mulheres não brancas no racismo sistêmico do Québec. A superficialidade dessas citações entre duas linhas e alguns parágrafos e sua restrição ao diálogo com o heterossexismo e com a lgbtfobia tão somente mostra que se a questão do racismo vem sendo há muito tempo vista como marginal, seja no meio sindical ou dos organismos comunitários, como apontam muitas/os autores/as, a relação do racismo com outros eixos de opressão assume o mesmo lugar no livro. Mesmo assim, aprendemos muito com a leitura da obra sobre o contexto racista de um país reconhecido mundialmente como multicultural e supostamente aberto às diferenças sociais.

22 No original: “[...] il existe un enchevêtrement d’interdépendances, de sorte qu’il serait vain d’attribuer à une personne plutôt qu’à une autre un rôle prépondérant” (ZAAZAA; NADEAU, 2019, p. 147).



Referências

CANADA, Gouvernement. **Au sujet du Mois de l'histoire des Noirs**, 2019. Disponível em: <<http://www.quebecinterculturel.gouv.qc.ca/fr/evenements/mois-histoire-noirs/index.html>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

QUÉBEC, Immigration, Diversité et Inclusion. **Mois de l'histoire des Noirs**, 2019. Disponível em: <<http://www.quebecinterculturel.gouv.qc.ca/fr/evenements/mois-histoire-noirs/index.html>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

ZAAZAA, Amel; NADEAU, Christian (dir.). **11 brefs essais contre le racisme**: pour une lutte systémique. Québec: Éditions Somme Toute, 2019. 156 p.